



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

25º EXAME

DE

SELEÇÃO

ESTÁGIO DE PRÁTICA FORENSE E DE
ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

- 2012 -

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Entre os limites materiais ao poder de reforma da Constituição não se inclui:

- (a) as chamadas cláusulas pétreas;
- (b) os direitos e garantias individuais;
- (c) a forma federativa de Estado;
- (d) o sistema presidencialista;
- (e) o voto direto, secreto, universal e periódico.

2. Assinale a única alternativa inteiramente correta:

- (a) A Constituição de 1988 pode ser classificada como rígida porque ela prevê determinadas matérias que nunca poderão ser alteradas por Emenda Constitucional;
- (b) Pelo princípio da unidade da Constituição, todas as normas constitucionais devem ser compreendidas como normas de eficácia plena e aplicabilidade direta, imediata e integral;
- (c) A interpretação conforme à Constituição é o instrumento que permite buscar, dentre as várias interpretações possíveis para um texto normativo, aquela que o harmoniza com as normas constitucionais;
- (d) A chamada mutação constitucional sempre decorre da edição de uma Emenda Constitucional;
- (e) A Constituição de 1988 é semirrígida.

3. Nas alternativas abaixo, não é competência dos Estados:

- (a) elaborar a própria Constituição estadual, observados os princípios da Constituição da República;
- (b) exercer as competências que não lhes sejam vedadas pela Constituição da República;
- (c) legislar concorrentemente com a União sobre Direito Civil e Penal;
- (d) instituir regiões metropolitanas;
- (e) explorar, diretamente ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado.

4. O Governador do Estado pretende criar uma nova Secretaria para cuidar de certo setor de sua administração. Como deve proceder?

- (a) No sistema constitucional brasileiro, apenas por lei é possível a criação de um órgão público. Assim, o Chefe do Executivo não tem qualquer atribuição nessa matéria, que cabe unicamente à Assembleia Legislativa do Estado;
- (b) O Governador deve elaborar um projeto de lei e enviá-lo para discussão e votação na Assembleia Legislativa, pois a criação de um órgão público depende da edição de lei, de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo;
- (c) Compete a um deputado estadual elaborar o respectivo projeto de lei, que, após aprovado pela Assembleia Legislativa, será levado a sanção ou veto do Governador;
- (d) O Governador pode promover a criação da nova Secretaria por simples decreto, sem necessidade de participação da Assembleia Legislativa nesse processo;
- (e) A criação de órgãos públicos depende de lei federal, da iniciativa do Presidente da República, de modo que o Governador de Estado não tem qualquer atribuição nessa matéria.

5. Sobre o regime constitucional dos parlamentares é correto afirmar:

- (a) Os Deputados e Senadores não podem ser presos em hipótese alguma.
- (b) A Constituição de 1988, por força do princípio da isonomia, não estabelece foro privilegiado para os parlamentares;
- (c) É permitido aos Deputados e Senadores, desde a posse, ser diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com a União Federal;
- (d) O Presidente da República tem direito de voto no processo de cassação do mandato parlamentar;
- (e) A fim de garantir-lhes a máxima liberdade de expressão, para que possam atuar com destemor na fiscalização da administração pública, a Constituição determina que os Deputados e Senadores são invioláveis, civil e penalmente, por suas opiniões, palavras e votos.

6. Sobre o sistema brasileiro de controle de constitucionalidade das leis é correto afirmar:

- (a) Coexistem o controle difuso por via incidental e o controle concentrado por via principal, de modo que todo e qualquer juiz ou tribunal pode declarar a inconstitucionalidade de uma lei, sempre com efeito erga omnes;
- (b) O Supremo Tribunal Federal apenas participa do controle abstrato, sem nenhuma ingerência no controle em concreto;
- (c) A ação direta de inconstitucionalidade pode ter por objeto leis federais, estaduais e municipais, inclusive anteriores à Constituição;
- (d) Quando o Supremo Tribunal Federal, em sede de controle concentrado, declara a inconstitucionalidade de uma lei, como regra geral esta decisão tem efeito retroativo (*ex tunc*), mas, por motivos de segurança jurídica ou excepcional interesse social, admite-se que o STF estabeleça exceções, e determine que tal decisão só produza efeitos a partir de seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado;
- (e) A ação declaratória de constitucionalidade é julgada pelo Superior Tribunal de Justiça.

7. Assinale a alternativa que elenca apenas instrumento(s) de controle concentrado, em abstrato, que possa(m) ter por objeto leis municipais:

- (a) a ação declaratória de constitucionalidade e a ação direta de inconstitucionalidade por omissão;
- (b) o mandado de injunção e a representação de inconstitucionalidade estadual;
- (c) a arguição de descumprimento de preceito fundamental, desde que observada a regra da subsidiariedade, e a representação de inconstitucionalidade estadual;
- (d) a ação direta de inconstitucionalidade;
- (e) o mandado de segurança.

8. Dentre as atribuições constitucionais das Procuradorias dos Estados, destaca-se:

- (a) em parceria com a Defensoria Pública, prestar assistência judiciária à população hipossuficiente;
- (b) exercer a representação judicial do respectivo ente federativo, bem como prestar consultoria jurídica aos órgãos e entidades da Administração Pública estadual;
- (c) intervir em todos os processos judiciais que digam respeito a direitos e interesses de incapazes;
- (d) em parceria com o Ministério Público, promover a ação penal pública, na forma da lei;
- (e) representar ao Supremo Tribunal Federal no sentido de determinar-se a intervenção federal no Estado, quando a causa da intervenção for a violação a direitos da pessoa humana.

9. As normas constitucionais referentes à Administração Pública permitem afirmar que:

- (a) Os princípios constitucionais da Administração Pública são apenas aqueles elencados no caput do art. 37, isto é, legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;
- (b) A investidura em todo e qualquer cargo ou emprego público depende da prévia aprovação em concurso;
- (c) O princípio da publicidade proíbe totalmente que haja atos administrativos sigilosos;
- (d) Quando um ato da Administração Pública causa dano a um particular, para que este obtenha uma indenização é imprescindível que demonstre a culpa do agente que o praticou;
- (e) A chamada Administração Indireta é composta por autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista.

10. Sobre os direitos e garantias individuais na Constituição de 1988 é incorreto afirmar que:

- (a) A Constituição assegura a inviolabilidade da casa do indivíduo, proteção esta que se restringe ao domicílio, não se estendendo a locais de trabalho;
- (b) A liberdade de manifestação do pensamento, embora consagrada pelo art. 5º, não é um direito absoluto, pois a Constituição veda o anonimato e assegura o direito de resposta, proporcional ao agravo sofrido, além de indenização por dano material, moral ou à imagem;
- (c) É garantido o direito de propriedade, porém esta deve atender a sua função social;

- (d) O elenco de direitos do art. 5º é exemplificativo, e não taxativo, pois admite-se a existência de outros direitos, decorrentes do regime e dos princípios adotados pela Constituição, bem como dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte;
- (e) O mandado de segurança se destina à proteção de direito líquido e certo, que não seja amparado por habeas corpus ou habeas data, lesionado ou ameaçado por ato de autoridade eivado de ilegalidade ou abuso de poder;

DIREITO CIVIL

11. O negócio jurídico viciado por lesão é:

- (a) nulo;
- (b) anulável;
- (c) válido, mas sujeito à aprovação prévia do Banco Central;
- (d) plenamente válido;
- (e) revogável a qualquer tempo pela parte lesada.

12. É pessoa jurídica de direito privado:

- (a) a União;
- (b) a autarquia estadual;
- (c) a associação pública;
- (d) o Governador do Estado;
- (e) a empresa individual de responsabilidade limitada.

13. Os negócios jurídicos interpretam-se:

- (a) estritamente, quando benéficos;
- (b) no sentido mais favorável ao Estado;
- (c) no sentido literal da linguagem, sem atentar para a intenção das partes;
- (d) extensivamente, quando gratuitos;
- (e) em desfavor do aderente, nos contratos de adesão.

14. Assinale a alternativa correta:

- (a) a aplicação da cláusula penal depende de pronunciamento do juízo criminal;
- (b) obrigações naturais são aquelas que impõem o respeito ao meio ambiente;
- (c) a compensação é um modo de extinção das obrigações;
- (d) o credor não pode aceitar receber coisa diversa da que lhe é devida;
- (e) denomina-se confusão a situação do devedor que não lembra a quem deve pagar.

15. Responsabilidade objetiva é aquela que:

- (a) prescinde do nexos de causalidade e do dano;
- (b) prescinde do dano;
- (c) independe da culpa;
- (d) se caracteriza pela inversão do ônus da prova da culpa;
- (e) tem como fonte o descumprimento de um dever contratual.

16. Assinale a alternativa correta:

- (a) contratos aleatórios são aqueles em que as partes se alternam na execução;
- (b) a formação do contrato unilateral exige uma única manifestação de vontade;
- (c) contrato relacional é aquele que diz respeito às relações de família;
- (d) o descumprimento do contrato preliminar gera responsabilidade pré-contratual;
- (e) o contrato gratuito gera sacrifício econômico para apenas uma das partes.

17. Segundo o princípio da obrigatoriedade das leis:

- (a) Não há dano sem lei anterior que o defina, nem reparação sem prévia cominação legal;
- (b) Todo contrato deve estar previamente descrito em lei;
- (c) Não se admite lei dispositiva no ordenamento jurídico brasileiro;
- (d) Ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece;
- (e) Todo brasileiro, ao completar 18 anos, deve se alistar nas Forças Armadas.

18. No que tange à repristinação no direito brasileiro, assinale a alternativa correta:

- (a) Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência;
- (b) A lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência;
- (c) Salvo disposição em contrário, a lei revogada se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência;
- (d) A lei revogada se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência;
- (e) Nenhuma das alternativas acima é verdadeira;

19. Assinale a alternativa correta:

- (a) O domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece a sua residência com ânimo definitivo ou provisório;
- (b) Se a pessoa natural tiver diversas residências, onde, alternadamente, viva, considerar-se-á domicílio seu qualquer delas;
- (c) Muda-se o domicílio, transferindo a residência, independentemente da intenção de o mudar;
- (d) A pessoa natural, que não tenha residência habitual, é considerada incapaz;
- (e) Não se pode considerar domicílio da pessoa natural, quanto às relações concernentes à profissão, o lugar onde esta é exercida.

20. A validade do negócio jurídico não requer:

- (a) forma prescrita ou não defesa em lei;
- (b) objeto lícito e possível;
- (c) objeto determinado ou determinável;
- (d) agente capaz;
- (e) declaração de vontade expressa.

DIREITO PROCESSO CIVIL

21. São fontes do Direito Processual:

- (a) lei municipal e costumes;
- (b) lei municipal e o estatuto da empresa;
- (c) lei federal e o estatuto da empresa;
- (d) lei municipal e jurisprudência;
- (e) lei federal e jurisprudência.

22. Um indivíduo, imputando responsabilidade solidária entre o Estado do Rio de Janeiro e uma concessionária de serviço público estadual, move demanda indenizatória contra ambas. Considerando as prerrogativas processuais conferidas à Fazenda Pública, bem como o fato de que a concessionária de serviço público e o Estado do Rio de Janeiro serão defendidos por patronos distintos, qual o prazo para o Estado apresentar a sua contestação?

- (a) 15 dias;
- (b) 30 dias;
- (c) 120 dias;
- (d) 60 dias;
- (e) 40 dias.

23. Indique corretamente a atividade a ser desenvolvida pelo operador do direito que intenta preencher lacuna existente no ordenamento jurídico com vistas a solucionar um caso concreto sob sua apreciação:

- (a) interpretação extensiva;
- (b) interpretação histórico-sistemática;
- (c) integração da norma jurídica;
- (d) interpretação lógico-sistemática;
- (e) interpretação teleológica.

24. Segundo o ordenamento jurídico brasileiro o direito de ação é:

- (a) um direito potestativo;
- (b) um direito público subjetivo;
- (c) um direito acessório ao direito material;
- (d) o próprio direito material;
- (e) um direito potestativo autônomo.

25. Analisando as 4 (quatro) proposições abaixo, indique a única alternativa correta:

I – Em nenhuma hipótese o documento público lavrado por serventuário da justiça necessita da assinatura de 2 (duas testemunhas);

II – Em razão da fé pública de que gozam os serventuários da justiça, a presunção de veracidade dos fatos por eles atestados em documentos públicos não pode ser elidida;

III – No direito processual, a decretação de nulidade de um ato praticado em desconformidade com a lei é medida que se impõe, mesmo que não haja prejuízo;

IV – A lei processual nova somente se aplica aos processos em cursos se trazer benefício para as partes.

- (a) I, II, III e IV são falsas;
- (b) I, II e III, são falsas e a IV é verdadeira;
- (c) I e III são falsas e II e IV são verdadeiras;
- (d) I e II são falsas e III e IV são verdadeiras;
- (e) II e III são falsas e I e IV são verdadeiras;

26. São critérios definidores da competência absoluta do juízo:

- (a) valor e território;
- (b) valor e hierarquia;
- (c) matéria e hierarquia;
- (d) matéria e território;
- (e) hierarquia e território.

27. A conexão, instituto afeto à determinação da competência, é verificada entre duas ações quando:

- (a) lhes for comum o objeto ou a causa de pedir;
- (b) há identidade quanto às partes e à causa de pedir, e o objeto de uma, por ser mais amplo, abrange o da(s) outra(s);
- (c) tiverem as mesmas partes, a mesma causa de pedir e o mesmo pedido;
- (d) as partes forem as mesmas;
- (e) nenhuma das anteriores.

28. Caio é citado para responder a uma demanda na qual Tício, autor, alega ter sofrido dano em seu automóvel em razão de abaloamento provocado pelo réu, pleiteando reparação pelo dano material experimentado. Caso deseje exercer o seu direito de regresso em face de sua seguradora, no valor da eventual indenização, Caio deve se utilizar da seguinte modalidade de intervenção de terceiros:

- (a) assistência;
- (b) nomeação à autoria;
- (c) chamamento ao processo;
- (d) denúncia da lide;
- (e) oposição.

29. Não é princípio do processo civil brasileiro:

- (a) devido processo legal;
- (b) contraditório;
- (c) ampla defesa;
- (d) parcialidade do juízo;
- (e) razoável duração do processo.

30. Assinale a alternativa que corresponde a um pressuposto recursal intrínseco:

- (a) regularidade formal do recurso;
- (b) preparo;
- (c) cabimento;
- (d) tempestividade;
- (e) nenhuma das anteriores.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

Não Preencher

25º EXAME DE SELEÇÃO DE CANDIDATOS AO ESTÁGIO DE PRÁTICA FORENSE E DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

PROVA DISCURSIVA

DIREITO CONSTITUCIONAL E DIREITO CIVIL

ÁREA DE PREENCHIMENTO PELA COMISSÃO DE SELEÇÃO

Nota:

Nota por extenso: _____

RUBRICA(S) DO(S) EXAMINADOR(ES)

INSTRUÇÕES

Use caneta de tinta azul ou preta indelével, de qualquer tipo, inclusive esferográfica.

NÃO É PERMITIDO O USO DE CORRETIVO DE QUALQUER ESPÉCIE (por exemplo: *corretivos*, borracha, fita corretiva etc.)

Preencha, de forma legível, os espaços existentes na parte inferior desta folha, na **ÁREA DE PREENCHIMENTO PELO CANDIDATO**. O preenchimento desta **ÁREA** tem como finalidade a desidentificação da prova e, após a correção, a sua identificação.

Deixe em branco os espaços constantes da **ÁREA DE PREENCHIMENTO PELA COMISSÃO DE SELEÇÃO E OS DE USO DA COMISSÃO ORGANIZADORA**.

O caderno de respostas contém, além da capa, duas folhas, sendo uma para cada resposta. Para cada resposta, utilize apenas as quinze linhas pautadas, não ultrapassando as margens definidas nas folhas impressas. Não serão corrigidas as respostas lançadas fora do espaço destinado. As respostas às questões de cada matéria deverão ser lançadas na folha de resposta respectiva. Não serão consideradas as respostas que sejam lançadas pelo candidato, por equívoco, na folha de respostas de outra matéria.

NÃO SERÃO FORNECIDAS FOLHAS SUPLEMENTARES.

NÃO ASSINE AS FOLHAS DE RESPOSTA, NEM AS RUBRIQUE OU NELAS FAÇA QUALQUER SINAL QUE POSSA IDENTIFICAR O CANDIDATO, SOB PENA DE ANULAÇÃO DA PROVA.

ÁREA DE PREENCHIMENTO PELO CANDIDATO

Nome _____ Inscrição nº _____
(Em letra de forma)

Assinatura usual _____ Data de Nascimento ____/____/____



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS
25.º EXAME DE SELEÇÃO DE CANDIDATOS
AO ESTÁGIO DE PRÁTICA FORENSE E DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

O PROCURADOR-CHEFE DO CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS, nos termos do artigo 23 do Regulamento do 25.º Exame de Seleção de Candidatos ao Estágio de Prática Forense e de Organização Judiciária, divulga aos interessados o gabarito da Prova Objetiva:

DIREITO CONSTITUCIONAL

- 1)D
- 2)C
- 3)C
- 4)B
- 5)E
- 6)D
- 7)C
- 8)B
- 9)E
- 10)A

DIREITO CIVIL

- 1)B
- 2)E
- 3)A
- 4)C
- 5)C
- 6)E
- 7)D
- 8)A
- 9)B
- 10)E

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

- 1)E
- 2)D
- 3)C
- 4)B
- 5)A
- 6)C
- 7)A
- 8)D
- 9)D
- 10)C

Os candidatos poderão interpor recurso contra o gabarito da Prova Objetiva no prazo de dois dias úteis, a contar da publicação do presente edital. Os recursos serão recebidos no Protocolo da Procuradoria Geral do Estado (Rua do Carmo, 27, Térreo, Centro, Rio de Janeiro), das 11 às 17 horas.